



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 20/2025

DATA: 19 DE NOVEMBRO DE 2025.

EMENTA: PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - REFIS 2025.

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para opção pelo REFIS 2025.

Parágrafo único. A opção pelo REFIS 2025 poderá ser formalizada, a partir da data de promulgação desta Lei Complementar e até 16 de dezembro de 2025.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais regras relativas ao REFIS 2025 constantes da Lei Complementar 295, de 13 de agosto de 2025 e regulamentação infralegal dela decorrente.

Art. 3º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal 3 de Maio, 19 de novembro de 2025.

ANTONIO LUIZ BENDO
PREFEITO

ÀS COMISSÕES
CJR- CFO

Em 24 / 11 / 2025

Em 24 / 11 / 2025

Presidente

COMISSÕES REUNIDAS DE: JUSTIÇA E
REDACÇÃO: E COMISSÃO DE
FINANÇAS E ORÇAMENTO.

AO VEREADOR AVO 40 - MARCELO Para Relatar

Sala das Comissões 24 / 11 / 2025

Presidente



COMISSÕES REUNIDAS DE JUSTIÇA E REDAÇÃO E FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER

Compete às Comissões Permanentes Reunidas, nos termos do art. 76, §2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, combinado com o art. 20, §2º, I, da Lei Orgânica Municipal, opinar e emitir parecer técnico-legislativo sobre as proposições submetidas à deliberação.

O **Projeto de Lei Complementar nº 20/2025**, de autoria do Poder Executivo Municipal, visa prorrogar o prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2025, com o objetivo de incentivar a regularização de créditos tributários e não tributários vencidos até 31 de dezembro de 2024, por meio da ampliação do prazo para adesão até o dia 16 de dezembro de 2025.

Do relatório:

O Relator, Vereador MARCELO DE CAMPOS, apresenta a seguinte manifestação:

- a) **Legalidade:** A proposta é de iniciativa legítima do Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal. Não há vício de iniciativa, uma vez que o conteúdo trata de matéria tributária e administrativa da alçada do Executivo. A redação está de acordo com os princípios da legalidade, razoabilidade e eficiência da administração pública.
- b) **Manifestação:** A prorrogação do prazo para adesão ao REFIS atende ao interesse público, pois amplia o acesso dos contribuintes à regularização de débitos, ao mesmo tempo em que contribui para o incremento da receita pública municipal. A proposta mantém inalteradas as demais regras do programa, já disciplinadas pela Lei Complementar nº 295/2025, o que garante segurança jurídica e continuidade do regime fiscal especial já instituído.

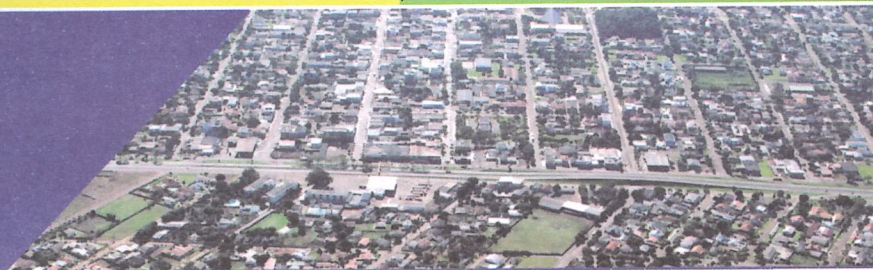
É o relatório.

Em análise ao presente Projeto de Lei, e em consonância com o relatório, decidem os membros das comissões manifestam-se pelo parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei Complementar nº 20/2025, com a respectiva emenda modificativa constante da Mensagem nº 084/2025, recomendando sua aprovação nos termos apresentados.

É o parecer.



Câmara Municipal
**Santa Terezinha
de Itaipu**



Sala das Comissões, em 24 de novembro de 2025.

Ver. MARCELO DE CAMPOS
Presidente Relator

Ver. CLAUDETE APARECIDA BRAMBATTI
Secretária

Ver. JOSÉ VALENTIM DA SILVA MOTTA (JACARÉ)
Membro